

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

Eugênio Emílio Staub (depoimento, 2007). Rio de Janeiro CPDOC/FGV; LAU/IFCS/UFRJ; ISCTE/IUL, 2010. 23 p.

EUGÊNIO STAUB
(depoimento, 2007)

Rio de Janeiro

2010

Transcrição

Nome do entrevistado: Eugênio Staub

Local da entrevista: São Paulo, SP

Data da entrevista: 05 de setembro de 2007

Nome do projeto: Trajetória e Pensamento das Elites Empresariais de São Paulo

Entrevistadores: Américo Freire e Robert Nicol

Câmera: Edgar da Cunha

Transcrição: Katarina Wolter

Data da transcrição: 17 de setembro de 2007

Conferência de fidelidade: Juliana Marques da Silva

Data da conferência: 10 de dezembro de 2008

** O texto abaixo reproduz na íntegra a entrevista concedida por Eugênio Emílio Staub em 05/09/2007. As partes destacadas em vermelho correspondem aos trechos excluídos da edição disponibilizada no portal CPDOC. A consulta à gravação integral da entrevista pode ser feita na sala de consulta do CPDOC.

E. S. - Uma vez eu dei uma entrevista para o Eduardo de duas horas. Ele trabalhava na *Folha*. Depois que terminou a entrevista, ele disse: “Puxa, esqueci de ligar o gravador”.

[risos]

Américo Freire – Nossa idéia é a gente examinar um pouco a trajetória da Gradiente e a sua trajetória como empresário brasileiro. Eu li em uma declaração sua que a Gradiente é uma espécie de fusão de duas culturas. Em algum lugar o senhor chegou a comentar isso.

Eugenio Staub – É verdade.

A. F. – A cultura suíça, da sua família, do seu pai particularmente, de disciplina, trabalho, etc., e a cultura de fundo de quintal, de garagem, entre aspas.

E. S. – De criatividade.

A. F. – De criatividade da Gradiente, da Gradiente original. Então, eu acho que esse seria um bom mote para a gente começar a pensar a sua entrevista. A gente queria que o senhor falasse um pouco dessa cultura suíça.

E. S. - A cultura suíça era uma cultura rígida. Eu comecei a trabalhar com meu pai, que tinha uma empresa de importação, quando eu tinha 14 anos. Eu estava no ginásio e nunca mais eu parei de trabalhar. Isso em 1956.

A. F. – Mas fala um pouco sobre o que o seu pai fazia. O seu pai veio da Suíça quando?

Transcrição

E. S. – Veio da Suíça em 1927, para o Rio de Janeiro para passar três anos. Gostou tanto, que nunca mais saiu de lá. Só em 1952 nós nos mudamos para São Paulo, 25 anos depois.

A. F. – O que é que ele fazia?

E. S. – Ele se dedicava à importação - primeiro de autopeças, bicicletas -, evoluiu para o ramo elétrico e, finalmente, para a eletrônica. Quando ele começou, não tinha eletrônica, em 1927. Nos anos 50 ele começou com eletrônica e foi quando eu comecei a trabalhar com ele. Me apaixonei pelo negócio, conheci toda a indústria, muitas indústrias brasileiras.

A. F. – Ele já veio casado?

E. S. – Não. Ele casou depois de 12 anos no Rio.

A. F. – Casou com uma brasileira?

E. S. – Casou com uma americana, que ele conheceu no navio.

A. F. – No navio? Vindo?

E. S. – Não, em uma viagem que ele fez. Ficou seis anos namorando e depois casou. Casou em 1939 e eu nasci em 1941. Em 1956 eu comecei a trabalhar...

A. F. – Mas antes de a gente entrar na sua trajetória, deixa eu fazer umas perguntas. [risos] Eu li não sei aonde também que vocês tinham uma casa em Santa Teresa. É isso?

E. S. – Um apartamento em Santa Teresa. Foi lá que eu nasci.

A. F. – Havia uma colônia de suíços naquela localidade?

E. S. – Não.

A. F. – Porque há uma escola – havia; agora ela foi fechada – suíça ali em Santa Teresa.

E. S. – Nem sabia.

A. F. – Vocês conviviam com a colônia?

E. S. – Não, com a comunidade brasileira. Tinha algumas pessoas suíças que ele conhecia, como alemãs também e americanas. Mas não tinha uma integração na colônia suíça e da escola eu não sabia. Eu comecei a estudar na escola americana do Rio de Janeiro.

Transcrição

Robert Nicol – E a língua em casa?

E. S. – A língua em casa, porque minha mãe era americana, passou a ser inglês. Então, eu aprendi português e o inglês ficou fluente, porque era a língua em casa, o que é uma coisa útil.

A. F. – Lembranças da infância, do Rio de Janeiro, dos anos 40?

E. S. – Eu adoro o Rio de Janeiro e uma das coisas mais marcantes, até hoje bem gravada na minha memória, é a vista que a gente tinha lá do apartamento de Santa Teresa. De um lado via a Baía de Guanabara – o apartamento tinha duas frentes. O prédio existe até hoje.

A. F. – É na Almirante Alexandrino?

E. S. – Na Almirante Alexandrino. Do outro lado da casa a gente via a zona norte. Tinha uma grande obra lá, que era o Maracanã, que foi inaugurado em 1950, 1949. Enxergava-se a obra do Maracanã. Essa vista era maravilhosa. Eu acho que também uma coisa marcante da época foi o fato de, quando eu era muito pequeno, as vidraças do apartamento, por determinação das autoridades, tinham que ser fechadas por papelão preto. Temia-se que os submarinos, que podiam estar na baía, pudessem enxergar. As próprias luminárias da Avenida Atlântica, que não tinha a extensão que tem hoje, tinham a parte voltada para o mar pintada de preto. Não sei se isso resolveu alguma coisa. Com submarino ou não, era determinação da... Aquele lugar lá foi dos meus primeiros anos silvestres - que chama ali, não é?

A. F. – Silvestre.

E. S. - Ia a pé até onde era o bondinho do Corcovado. Era um lugar muito agradável, muito bonito. Quando eu estudei na Escola Americana...

A. F. – Onde é que ficava a Escola Americana?

E. S. – Ficava na General Urquiza, no Leblon. Hoje mudou. Depois que mudou, eu nunca vi. Hoje está na Gávea.

A. F. – Na Gávea.

E. S. – Meu pai fez alguns movimentos importantes na vida. Um foi mudar da Suíça para o Brasil, que eu acho que foi uma boa coisa, e outro foi mudar do Rio para São Paulo. Depois de passar 25 anos no Rio, ele percebeu a importância de São Paulo e nós mudamos para cá em 1952. São Paulo tinha 2,7 milhões de habitantes e o Rio tinha um pouco menos. Nós mudamos para cá, eu fui para uma escola brasileira e acabei entrando na GV.

A. F. – Estudou no Mackenzie também, não é?

Transcrição

E. S. - Estudei no Mackenzie.

A. F. – Ginásio da Mackenzie, não é?

E. S. – Terminei o curso de admissão, que já havia na época, depois fui fazer o ginásio, colegial na Mackenzie e depois fui para a GV.

A. F. – Aí começa a...

E. S. – Mas eu já trabalhava.

A. F. – E por que começar a trabalhar tão cedo, com 14 anos?

E. S. – Foi uma experiência durante as férias. Eu gostei tanto, que emendei. Então, eu ia estudar de manhã no Mackenzie, ia direto do Mackenzie para o escritório do meu pai, voltava para casa às 19h da noite, jantava, fazia a lição de casa. Essa era a rotina.

A. F. – Mas o seu pai obrigava, ou foi uma decisão sua?

E. S. – Não, não. Foi uma decisão minha. Não me obrigou em nenhum momento. Pelo contrário, ele achava que era um excesso. Mas ele aceitou.

R. N. – Morava lá perto do Mackenzie?

E. S. – Não, morava aqui no chamado Alto da Boa Vista. Perto de onde hoje é o Borba Gato.

A. F. – Naquela época era longe.

E. S. – Era longe. Era meia hora... Eu sei que eu ia de Kombi. Meu pai ia trabalhar e resolveu comprar uma Kombi. Ele tinha motorista, ia na frente com o motorista, os filhos iam atrás e desciam no Mackenzie. Eram 30 minutos. Um trajeto que hoje levaria mais.

A. F. – Quantos irmãos?

E. S. – Tenho um irmão e uma irmã.

A. F. – Todos estudavam no...?

E. S. – Todos estudavam no Mackenzie.

A. F. – E como é que foi o carioca chegando em São Paulo? Se adaptou bem?

Transcrição

E. S. – Olha, foi um choque, porque, na realidade, mais do que o carioca, eu saí de uma escola americana para uma escola brasileira. Aí foi uma diferença grande, mas eu me adaptei rapidamente. O choque cultural foi menos do Rio para São Paulo, do que de uma escola que tinha um ano letivo que começava em agosto, ao contrário do nosso aqui, e...

A. F. – Uma escola mais liberal também?

E. S. – Não me lembro de diferença de ser liberal ou não, mas a cultura dos alunos era diferente. Tinha muito gringo na escola.

R. N. – Tinha também o Graded naquela época.

E. S. – Tinha o Graded, mas eu acho que a decisão do meu pai de me pôr em uma escola brasileira foi muito boa. Não foi uma decisão minha. Eu tinha dez anos. Mas foi muito boa. Não me arrependo disso. Ele tomou algumas decisões importantes na vida para ele e para a família, que foram decisivas.

A. F. – E a escolha para a EAESP?

E. S. – A escolha para a EAESP foi uma coisa curiosa, porque meu pai tinha muitos amigos estrangeiros, porque ele trabalhava na importação. Conversando uma vez com um deles, um americano perguntou para o garoto lá que tinha 16 anos: “O que é que você quer estudar?”, “Meu pai quer que eu estude engenharia.” Aí ele contou sobre o curso que ele tinha feito, que era um curso de *business administration*, em Indianápolis, Indiana. Eu achei aquilo fascinante. Aí o americano me mandou uns folhetos da universidade e eu disse: “Puxa, que coisa interessante! No Brasil não tem.” Quando eu estava no último ano do colegial, apareceram uns garotos no Mackenzie com uns folhetos – outro dia eu até emprestei para uma moça que está fazendo um livro na GV desses folhetos -, promovendo a Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, que era na Rua Martins Fontes e ocupava três andares em um prédio do Ministério do Trabalho. Eu me apaixonei por aquela escola, fui lá ver como era. Era uma instalação precária. Prestei vestibular e entrei. Nunca me arrependi.

A. F. – Entrou em 1960, 1961?

E. S. – Entrei em janeiro de 1961. Logo depois do carnaval foi o vestibular. Hoje o vestibular é feito antes, não é? Naquela época era feito depois do carnaval. Em março eu já estava cursando.

A. F. – Como era o clima?

E. S. – Da escola?

A. F. – Da escola, daquele período.

Transcrição

E. S. – Era extremamente liberal. Era uma escola muito pequena. Tinha quatro turmas de manhã e quatro turmas à tarde, de 25 a 30 alunos, instalada naqueles andares do prédio da Delegacia Regional do Trabalho. Tinha o bar do Sr. Valoni no quarto andar. Era uma comunidade muito interessante. Ocorreu uma coisa curiosa...

A. F. – Centro acadêmico, alguma movimentação...?

E. S. – O Centro Acadêmico era muito ativo. O Eduardo chegou a ser presidente.

A. F. – O Eduardo Suplicy, não é?

E. S. – É. Antes tinha outros presidentes. Mas era muito ativo. Era uma comunidade pequena e muito bem entrosada. Ocorreu uma coisa curiosa comigo, porque na minha turma entrou, que eu saiba, a primeira menina que entrou na escola. Acabei me casando com ela, quando nós estávamos no segundo ano. Estamos casados até hoje. Eu sempre brinco com ela que ela fundou a ASA, Agarre o Seu Administrador. [risos] Cumpriu o objetivo dela no segundo ano. Ela não gosta que eu fale isso, mas estamos casados há 44 anos.

A. F. – E professores da época? Destacaria algum professor, alguma figura importante para a sua formação?

E. S. – Tinha professores espetaculares. Uma coisa que me marcou muito foi a primeira aula que eu tive lá com o professor Carlos [inaudível] Ferrari, de “Administração 101”. Tem muitos professores muito bons. Oswaldo [inaudível] Fontes Torres de estatística, Claude [inaudível] na produção. Um que se destacava muito, que era o entusiasmo da turma, era o professor Inácio da Silva Telles. Muita gente boa. Gustavo do Marketing, Orlando Silva do Marketing também. Enfim, foi um curso que eu adorei e fez uma diferença grande.

A. F. – Você chegou a se envolver em questões de natureza política estudantil nessa época?

E. S. – Mais ou menos. Em 1964 nós tivemos lá um estresse. Mas a minha atuação foi mais a seguinte: havia naquele momento, em 1963, 1964, uma remuneração muito ruim para os professores. Os alunos, muito preocupados com isso, fizeram um grupo de trabalho dentro do centro acadêmico que eu coordenei. Entrevistei todos os professores etc. e daí saiu um monte de fofocas, é claro. Geramos um relatório sobre como a Fundação pagava mal os seus professores e ia perdê-los todos. [risos] Coisa de garoto. Os professores estavam estressados mesmo, mas eu acho que acabou não saindo nenhum. Eles só se queixavam. Na parte política mesmo, de querer ser...

A. F. – Conflitos ideológicos...

E. S. – Não, não teve.

Transcrição

R. N. – Apesar da figura do Eduardo?

A. F. – O Eduardo já era um homem de esquerda?

E. S. – O que aconteceu com o Eduardo é que ele era presidente do centro acadêmico e esse trabalho que nós fizemos e eu coordenei era do partido de oposição ao Eduardo, que se chamava PAda, Partido Democrático em Administração, uma coisa assim. O Eduardo não queria que o trabalho prosperasse e assumiu um compromisso de que, se o trabalho fosse aprovado em assembléia, ele pediria demissão. Não só apresentamos o relatório, como o trabalho foi aprovado. Ele ficou uma semana pensando, mas pediu demissão e depois se reelegeu. [risos] Eu nunca deixei de ser amigo dele.

A. F. – E os colegas da sua geração? Quem você destacaria?

E. S. – O problema era o seguinte: eu estudava de manhã, fazia CPOR, trabalhava à tarde, namorava e depois eu casei. Então, tempo para fazer política eu não tinha. Tinha grupo de estudo à noite etc. Então, não havia tempo para fazer política. Eu sempre gostei muito de política, então, eu não me envolvi muito nessa parte, nem nunca me candidatei a cargo nenhum. Mas era um momento muito efervescente. Aliás, uma coisa que faz falta no Brasil hoje é essa participação da juventude no movimento político. Até hoje, grandes políticos que se formaram, começaram a sua carreira na área acadêmica, enquanto eram estudantes. É o caso do José Serra, que é o governador do estado. É o caso, em outra linha, do José Dirceu. Era o caso de tanta gente. As pessoas entraram na política através da política no centro acadêmico. Durante muitos anos, acho que a partir de 1945 que começou isso, era muito interessante, era muito pedagógico em termos de cidadania. Hoje não é assim, hoje existe certa apatia da juventude em relação à questão política. **Mas na época era uma coisa muito apaixonada.** A gente ia às palestras. Eu me lembro do Carlos Lacerda, que era uma pessoa muito controvertida, quando vinha a São Paulo. E tinha duas turmas assistindo aquilo. Nunca foi na GV, mas foi na Escola de Direito. A gente participava muito. Tinha a direita, a extrema direita estava toda encarrapitada no Mackenzie.

A. F. – Às vezes conflitos...

E. S. – Quase armados.

A. F. – Com o Mackenzie.

E. S. – Teve conflito do Mackenzie com a Faculdade de Filosofia.

R. N. – Que ficava na frente.

E. S. – É. Mas eu nunca participei disso. Mas o fato é que a estudantada, nós éramos todos muito politizados. Lia editoriais de jornal, se interessava pelo que estava

Transcrição

acontecendo. É uma coisa que hoje faz falta, da juventude se interessar mais cedo e aprender a fazer política.

A. F. – E esses grupos de estudo? Vocês estudavam para as disciplinas, ou para outras coisas?

E. S. – Estudava para as disciplinas. Era uma prática de a escola organizar grupos de estudo. Hoje é uma coisa comum, mas acho que a escola foi precursora nisso. Tinha que estudar junto mesmo. Convivíamos, nos organizávamos em grupos. Eduardo e eu fazíamos parte de um grupo de cinco pessoas e a gente estudava mesmo. Toda noite, ou três vezes por semana à noite a gente se reunia para estudar, fazer trabalhos. Era uma coisa séria.

A. F. – Além do Eduardo, o senhor destacaria mais alguém?

E. S. – Teve mais colegas. Teve o Roberto **Tosquese** no meu grupo de estudo, teve um rapaz que depois foi um executivo de multinacional com muito sucesso, que hoje está aposentado, Carlos Eduardo **Rivadavia** Lopes, Agnaldo Pires Couto, Luis Roberto Vargas do Amaral. Esse é o nosso grupo de estudo.

R. N. – E da classe? O Abílio Diniz participava da sua classe?

E. S. – O Abílio se formou antes que eu entrei na Escola. O Abílio é de uma das primeiras turmas. Eu acho que eu sou da sétima turma, uma coisa assim.

A. F. – E o golpe de 1964? O senhor se lembra de alguma coisa? Algum impacto na própria instituição?

E. S. - Eu era recém-casado, tinha acabado de fazer o estágio do Exército, trabalhava, minha mulher já estava grávida da minha primeira filha. Mas eu me lembro bem de todos os eventos. Fizemos assembléia no mesmo dia lá, muito apaixonados, 31 de março, 1º de abril. Enfim, havia muita participação e muita radicalização em torno disso. Mas, era uma coisa boa. Independente de que lado você estava, era uma coisa muito boa.

A. F. – Neste momento, você já está começando a vida profissional, não é?

E. S. – Eu já trabalhava, mas aí eu já era mais sério, eu já era diretor na companhia do meu pai.

A. F. – Já na direção? Ainda na EAESP, você já era diretor?

E. S. – Já era diretor comercial. Eu amadureci cedo. Logo depois eu conheci os rapazes que fundaram a Gradiente, que eram estudantes de engenharia – um deles até está aí hoje -, nos tornamos amigos. Nós fazíamos importações para eles. Eu comecei uma indústria

Transcrição

logo depois de formado de componentes para televisão. Essa indústria prosperou, nós geramos caixa...

A. F. – Junto ao seu pai?

E. S. – Com meu pai, dentro da empresa do meu pai. Se chamava Staub. Ele tinha posto o nome dele na empresa. Eu sempre quis tirar. Depois de cinco anos, nós geramos um caixa e compramos a Gradiente. Através de uma associação dos acionistas fundadores e nós, tínhamos caixa para fazer isso e aí nós mudamos tudo para a Gradiente.

A. F. – Isso foi em que ano?

E. S. – Oficialmente foi em 1971, mas nós começamos a trabalhar juntos no fim de 1969. Demorou para fazer a documentação, a negociação do contrato, mas na prática já estava, durante os anos de 1970, funcionando. A Staub na época era quatro vezes o tamanho da Gradiente naquele momento.

R. N. – Nesse período, em 1971, o mercado estava meio... Quer dizer, tinha muitos concorrentes na mesma área.

E. S. – O que aconteceu é que a Gradiente foi fundada em outubro de 1964 e logo depois disso abriram-se as importações. Então, os concorrentes da Gradiente eram a Akai, que chamava a marca do imperador [inaudível], tinha a Samsung, tinha a Teac, a Teknix, que depois virou Panasonic, a Sony. Era um páreo duro já naquela época. Durante os primeiros dez anos de Gradiente, competia-se com produtos importados. Em 1975, depois da primeira crise do petróleo, o governo brasileiro criou uma barreira absurda alfandegária para esses produtos e ficou só a produção nacional. Era 185% do [inaudível], para economizar divisas, porque o Brasil não tinha petróleo. Vivemos dez anos com o mercado aberto, 15 anos com o mercado fechado e aí veio o Collor em 1990 e abriu. Durante esse processo, esse tempo todo, a indústria brasileira foi se mudando para Manaus. Nós somos uma empresa paulista, mas acabamos mudando a fábrica para Manaus, porque era a solução economicamente correta.

A. F. – Queria falar um pouco sobre a Zona Franca, sobre essa passagem para Manaus. O seu pai ainda estava vivo nesse momento?

E. S. – Vivo.

A. F. – Como foi a tomada dessa decisão? Não deve ter sido fácil, não é?

E. S. - O meu pai, apesar de ser um suíço rígido, na hora em que começou a parte industrial - primeiro de componentes e depois da Gradiente-, eu sou muito grato a ele, porque ele delegava tudo isso para mim. Então, eu o consultava, trocava idéias. Ele era muito conservador, geralmente tinha restrições às minhas idéias, mas ele acabava apoiando. Então, toda essa atividade industrial de comprar a Gradiente, de mudar para

Transcrição

Manaus foram decisões que eu tomei, sempre o consultando. Mas ele me deu muito espaço. Nós compramos a Gradiente em 1970, 1971, como falei, em 1972 tomamos conhecimento da Zona Franca de Manaus, fomos lá ver...

A. F. – Era de quando a Zona Franca?

E. S. – Era de 1967, fim do governo Castello Branco. Muito incipiente a Zona Franca de Manaus, tinha muita bandalheira e tinha lá uns [inaudível] em termos vazios. Hoje está totalmente ocupado. A primeira fase, como a terceira hoje está em uma prosperidade grande. Nós fomos lá visitar, chegamos à conclusão que os incentivos fiscais...

A. F. – Eram bons?

E. S. – Era indispensável tê-los, porque senão não sobreviveríamos. Fomos uma das primeiras empresas a ir para Manaus. Mesmo as mais antigas, como a Telefunken, a Philips...

A. F. – Manteve aqui?

E. S. – Mantivemos uma coexistência de fábricas durante mais de dez anos. No fim, em 1985, terminou de mudar. Mas as empresas estabelecidas, o *establishment* industrial - a Telefunken, a própria Semp, que não era Semp Toshiba ainda, a Phillips - era contra Manaus. Faziam uma guerra contra Manaus, mas algumas empresas foram para lá, como nós, como o Mathias Machline da Sharp.

A. F. – Essa decisão você conversou com mais alguém, outras empresas, no sentido de viabilizar a Zona Franca, ou foi uma decisão pura e simples?

E. S. – Foi uma decisão individual. “Vamos enfrentar, vamos fazer uma fábrica piloto.” Compramos um pequeno prédio no centro de Manaus e depois construímos um parque industrial ao longo dos anos.

A. F. – Mas havia uma resistência?

E. S. – Uma resistência muito grande da indústria.

A. F. – Por quê?

E. S. – Porque, de certa forma, era uma loucura. Se hoje é longe, na época não havia logística, não havia nenhuma infra-estrutura industrial, nem de pessoal. Você levava as pessoas-chave de São Paulo.

A. F. - Operários?

E. S. – Operários tinha.

Transcrição

A. F. – Engenheiros?

E. S. – Não tinha. Não tinha nada. O que você tinha lá eram as operárias, moças muito inteligentes, como são até hoje, de muita boa índole, mas desacostumadas ao jeito de trabalho. Se chover, elas não iam trabalhar. Esse negócio de cumprir horário não era um hábito, porque não havia atividade industrial. Não é que eram indolentes. Era uma cidade que não tinha essa rigidez, boa ou má, da civilização entre aspas. Então, hoje é um centro de excelência Manaus. É um projeto industrial que deu certo. Apesar das pessoas que não conhecem ainda fazerem restrições, ainda tem muita oposição, quem conhece, reconhece naquilo um pólo de desenvolvimento industrial que deu certo.

R. N. – Uma pergunta que se faz: não houve uma regressão em termos de apropriação de tecnologia estrangeira? Não houve uma regressão? No sentido de boa parte dos componentes eletrônicos vir de fora?

E. S. - Isso é uma outra história. Quando eu comecei a trabalhar com o meu pai, eu trabalhava com importação de componentes eletrônicos, e estava se implantando uma forte indústria brasileira de componentes. Meu pai tinha um negócio de importação de componentes e eu cheguei à conclusão que o negócio dele ia acabar, porque tudo seria feito no Brasil. E estava sendo feito no Brasil: havia a [inaudível], havia um incentivo à nacionalização. Então, você tinha três, quatro, cinco fabricantes de cada componente. O nosso era um dos únicos que ia ser feito... Não era feito ainda e aí nós tomamos uma licença de uma empresa americana, para fazer um seletor de canais para televisão. Baseados nessa visão: “não vai se importar mais componentes”. Isso foi verdade nos anos 60, fim dos anos 60 e início dos 70. Mas, algumas coisas aconteceram no meio do caminho. A Zona Franca de Manaus facilitava importação de componentes e o advento da televisão a cores em 1972 fez uma ruptura tecnológica. Houve uma imobilidade. Havia mais de 100 empresas brasileiras fazendo rádio e, principalmente, televisão. Mais de 100. Eu sei, porque eu vendia peças para elas. De A até Z, começava com ABC Rádio e Televisão e terminava com Z, de Zinomark. O fato é que essa ruptura aconteceu com a mudança de tecnologia para a televisão a cores. Algumas empresas brasileiras foram para Manaus e se associaram – na verdade, nunca se associou -, que é o caso da Sociedade Eletro Mercantil Paulista, Semp, que se associou à Toshiba para fazer televisão a cores em Manaus. É o caso da Telefunken, da Philips. Todos acabaram indo para Manaus. E, no fim, só sobreviveu a indústria de Manaus. Então, o advento da televisão a cores e o advento em Manaus das possibilidades de importação tiraram a perspectiva da indústria de componentes, o que é uma pena. No início dos anos 70, havia quase uma dúzia de fábricas japonesas, que vieram aqui para o Brasil. Os japoneses começaram a chegar, com a Sharp, a Sony, a Sanyo, a própria Toshiba associada à Semp. E os fabricantes de componentes se implantaram aqui no sul. Então, tinha muita gente [inaudível] que se implantaram aqui e acabaram indo embora, porque não houve mais clima. Houve uma ruptura da política industrial e até hoje se busca o fio dessa meada. Mas hoje a realidade mundial é outra. Quer dizer, esse barco foi perdido. No Brasil esse processo foi acelerado por Manaus e pela televisão a cores.

Transcrição

R. N. – O pessoal da área econômica do governo estava atento a esses fenômenos que estavam ocorrendo?

E. S. – Sempre houve muita controvérsia dentro do governo. Então, havia aqueles que defendiam a Zona Franca de Manaus, como o Ministério do Interior, e certos setores ditos modernos que buscam a eficiência e não a nacionalização. Na realidade, a pedra de cal, o encerramento desse ciclo de procurar o desenvolvimento da indústria de componentes ocorreu com o Collor, logo no início do governo Collor, quando ele mudou a regra da [inaudível] em Manaus. Tornou totalmente flexível e aí a indústria de componentes não tinha mais como sobreviver. Aliás, foi onde eu tinha começado, na indústria de componentes.

A. F. – Está havendo mudanças na legislação? A Zona Franca de Manaus tem futuro, tem perspectiva?

E. S. – Tem, ela está consolidada. Ela é hoje, mais do que eletrônica, o mais importante pólo de veículos de duas rodas. A MotoHonda, Yamaha e outros estão lá. Ela tem toda a indústria eletrônica de consumo, tem um pólo relojoeiro. É um pólo consolidado, mas tem que evoluir. A vocação verdadeira de Manaus é uma coisa que eu acho que daqui a 20 ou 30 anos nós vamos verificar que é realmente aproveitar a biodiversidade. Então, a área de bioquímica, na área de aproveitar a floresta, o ambiente da floresta.

A. F. – Mas tem havido alguma legislação nova, redução de incentivo?

E. S. – Não, há várias tentativas... A redução de incentivo estadual é que cada governo que chega, tira um pouquinho. Mas o desejo de alguns setores do governo, é que haja o chamado adensamento da cadeia produtiva, que é mais com teor nacional. Mas isso hoje não é prático e não por causa do Brasil, mas porque o mundo mudou. Enquanto as coisas mudaram aqui – essas situações que eu descrevi, a nova tecnologia televisão a cores, as telecomunicações, o celular -, mudanças tecnológicas e mudanças de legislação, como foi essa que o Collor introduziu, você tem a mudança da geografia industrial do mundo, que está acontecendo inclusive no meu setor. Está em marcha hoje uma mudança grande da geografia industrial da nossa Terra. Mais e mais fábricas são abertas na China. Alguém fez um levantamento: uma fábrica a cada 26 minutos é inaugurada na China, dia e noite. Em todos os setores, mas o nosso setor todo mudou para a China. Então, de certa forma, Manaus é uma exceção ainda mantida por incentivos de uma indústria que se concentrou na China. Então, de produtos como o DVD, por exemplo, que é mais ou menos recente, 90 e tantos % da produção mundial é feita na China. Então, tentar fazer uma política para fazer isso no Brasil não faz o menor sentido hoje. Por outro lado, o Brasil tem... Como a indústria eletrônica começou nos anos 50, ou até um pouquinho antes com o rádio, como tem ótima formação universitária, acadêmica, ótimos centros de pesquisa privados e públicos e empresários no setor, o Brasil tem uma capacitação na indústria eletrônica que teria que ser aproveitado com políticas públicas. Mas não é exigir que o DVD seja nacionalizado, que a TV de LCD seja feita no país, porque para isso nós não temos escala

Transcrição

para fazer mais. Mas, ainda uma indústria eletrônica mais sofisticada, mais próxima da inglesa, da francesa, da americana, aproveitando este *know how* que existe. Mas é preciso políticas públicas para estimular isso até com compras do Estado. Há condições de fazer revoluções importantes nas telecomunicações, na eletrônica para a saúde, através de uma coordenação do Estado. Não precisa de muito dinheiro, mas de uma coordenação do Estado. Esse seria o futuro da indústria eletrônica. Mas nós estávamos falando do passado... [inaudível] Daqui pra frente...

A. F. - O atual governo é sensível a essas...?

E. S. – É sensível. Tem o ministro da saúde que é sensível a isso, o ministro da educação é sensível a isso. O problema desse governo e de todos é um problema de se articular. Um assunto como esse, de política industrial e tecnológica, de indústria de ponta, você tem o próprio BNDES, que tem uma visão muito boa desse cenário, tem contribuído muito, depois você tem o MDIC, Ministério de Desenvolvimento da Indústria e Comércio, que tem órgãos para isso, o Ministério de Ciência e Tecnologia, que tem órgãos para isso, tem o Ministério das Comunicações, que tem órgãos para isso e a Casa Civil, que coordena isso. Então, você tem múltiplos órgãos, com as suas equipes e com ministros diferentes, evidentemente, que tinham que se articular para fazer uma coisa unificada. Tem a Finep, que é um órgão importantíssimo com a sua estrutura, as suas políticas. Está tudo aí. Depois você tem as universidades, os centros de estudos e de pesquisa pública. Você tem muito recurso. Depois tem todos os fundos setoriais de tecnologia, tem muitos fundos, desde o Verde Amarelo até o Funtel. Você tem recursos, muitos deles contingenciados, você tem empresas, o segmento privado existe, mas falta uma articulação pública no sentido de dizer qual é o caminho e articular esses órgãos todos para trabalharem juntos. No caso como da saúde, além de todos os CTs, tem o Ministério da Saúde, que tem um papel importante. Essa é a dificuldade do Brasil. E a outra dificuldade do Brasil...

A. F. – E há pressões contra também, certamente.

E. S. – Sem dúvida. Nada contra as multinacionais – elas têm um papel importante -, mas o objetivo da multinacional e da sua administração é diferente do objetivo do país. Aí é que a gente se perde. O Brasil não tem mais clareza sobre as suas definições estratégicas, sobre o planejamento estratégico. O Brasil teve isso. Durante o meu espaço de vida, como todo garoto da época, acompanhava muito a política e você teve o presidente Getúlio Vargas. Aí eu tinha de sete a dez anos, enquanto ele viveu, no mandato dele de 1950 para frente, de nove a dez anos. Ele tinha uma visão estratégica para o país. Fez o BNDES, fez a Petrobrás, fez o CNPq. Enfim, tinha uma visão estratégica do país. Depois veio o Juscelino, que tinha um plano estratégico, 50 anos em cinco, o plano de metas. Era um plano estratégico de curto prazo, para o mandato dele, mas sabia-se o que se desejava e ele implementou. Depois vieram os governos militares e eles tiveram o primeiro PND, que era um documento importante. Depois teve o segundo PND com o ministro Reis Velloso. Eu tenho esses documentos até hoje. O Brasil tinha uma diretriz estratégica. O terceiro PND já não foi uma coisa séria, é um livro cheio de histórias. Foi no governo

Transcrição

Figueiredo. Aí se perdeu essa visão estratégica. A partir de 1984, 1985, o objetivo estratégico do país era ligado a metas do Fundo Monetário Internacional, a metas de responsabilidade fiscal, metas de balança de pagamentos. Muito importantes, não se discute, mas essas não podem ser as únicas metas do país. E todos nós ficamos burros. Quer dizer, o empresariado passou a discutir sobre isso, sobre quanto vai ser o índice do Celic, qual é o *overnight* de hoje, qual é a taxa de inflação, qual é o superávit da balança de pagamentos. Nem se discutia superávit orçamentário, isso é uma coisa do segundo mandato do Fernando Henrique para frente. A mídia, os economistas... Então ficou tudo uma coisa muito de visão curta. Falta resgatar uma visão estratégica para o país, porque aí as coisas ficam claras, o que fazer para garantir a longo prazo. A estratégia do país está nascendo das suas próprias vocações, o que não é errado, mas não é suficiente. Então, o Etanol, que é uma coisa que vem lá de trás, da Embrapa e da agilidade dos empresários [inaudível], são coisas que o Brasil tem, mas... A própria siderurgia que nasceu com Getúlio Vargas também, a CSN, a Petrobrás... Eu me lembro... Eu me lembro não, eu fui buscar isso recentemente. Eu vi que o jornal de São Paulo, em outubro de 1953, escreveu dois artigos – eu tenho esse artigo-, um editorial explicando que barbaridade era fazer a Petrobrás, porque isso ia quebrar o país. Em seis de outubro de 1953, quando a Petrobrás foi criada. Havia alguém com uma visão estratégica que, apesar da posição da elite e de muita gente, chegou à conclusão que tinha que fazer a Petrobrás. 50 anos depois, o Brasil é auto-suficiente em Petróleo, domina como ninguém a tecnologia de águas profundas. É uma empresa de porte internacional, formou quadros... O exemplo da Embraer é outro exemplo fantástico, porque, na realidade, foi um major do Exército, que depois virou brigadeiro-do-ar, Casemiro Montenegro Júnior, cearense, que teve a visão de que o Brasil deveria ter tecnologia de aviação. Insistiu para começar a fazer isso. A história é conhecida. Ele começou na Escola do Exército, não havia Aeronáutica na Praia Vermelha no Rio, depois ele conseguiu fazer uma escola, um instituto de pesquisa. Aí formaram uma empresa e hoje o Brasil tem a Embraer, com tecnologia brasileira. Essa visão estratégica, que houve... O professor Zeferino Vaz, uma figura controversa, mas que fez a Unicamp no subsolo de uma casa em Campinas, a própria Fundação Getúlio Vargas; eram projetos de longo prazo. Hoje a gente não vê isso e isso vai fazer falta para o país amanhã.

R. N. – Mas o empresariado não está se movimentando mais recentemente para pressionar mudanças em termos de “precisamos de uma política industrial”?

E. S. – O Brasil sempre teve política industrial. Depois passou 15 anos discutindo se devia ter ou não. Aí se fez uma outra, no primeiro mandato do governo Lula, que é até uma coisa centrada em quatro linhas estratégicas, mas com uma horizontalidade impactando em outros setores. Mas não se implementou. Agora o Ministro do Desenvolvimento – eu li no jornal, comprei agora – está implementando uma nova política industrial, que é diferente da anterior. Mas se discute muita política e a implementação é complicada. Política industrial é uma parte do planejamento estratégico. Na verdade a política industrial é uma perna de uma visão mais estratégica do país. Os países que estão dando certo - a China tem isso muito claro, o Japão já teve e continua tendo -, os países que estão dando certo sabem aonde querem chegar, tem os seus

Transcrição

objetivos. No Brasil, quem fez muito esse papel de muita formação – hoje ainda existe, mas não tem o peso que tinha -, era a ESG, no Rio, lá na Urca, que começou com uma visão sobre a soberania nacional, mas tinha uma preocupação estratégica para o país. Tinha toda uma doutrina...

A. F. – Geopolítica também.

E. S. – Também.

A. F. – Mas vamos voltar um pouco para a trajetória da Gradiente. Em 1979 o senhor assume a presidência. Foi um período de incorporação de outras empresas, da Garrard, da Polyvox. Como é que foi...?

E. S. – Em 1979 nós compramos Garrard, meses depois compramos a Polyvox, que era um concorrente nosso...

A. F. – O senhor teria um caráter mais agressivo nesse momento?

E. S. – Não fomos agressivos. Como eu disse, a partir dos anos 70, meu pai me deu muita liberdade. Então, quando eu assumi a presidência, não houve uma mudança. Não é uma empresa com agressividade. Depois, em 1989 compramos a Telefunken e mais recentemente compramos a Philco. A Gradiente foi construída através de aquisições, a Staub comprando a Gradiente e depois as outras empresas. Mas nunca foi planejado assim. Eram oportunidades que surgiam e a gente juntava. Não era um plano estratégico: “Nós vamos comprar empresas!”. Eram oportunidades que surgiam para aglutinar.

A. F. – A compra da Philco tem a ver com...? Qual foi o objetivo?

E. S. – O objetivo era trazer para dentro de casa uma segunda marca, o que provou não ser uma boa idéia, e era trazer para dentro de casa uma capacidade industrial em tecnologia de uma empresa muito tradicional, que tinha sido dos americanos. E realmente agregou. Em seis meses nós integramos. Aqui nesse prédio tem gente que veio da Philco – tem até um ou dois que vieram da Telefunken. A engenharia se reforçou, a fábrica em Manaus ficou centralizada na fábrica da Philco.

A. F. - A idéia era outra marca?

E. S. – A idéia também era marca, mas recentemente chegamos à conclusão de que nesse mercado competitivo tocar uma marca é difícil e duas é impossível.

A. F. – [risos] Entendi. E as relações com a Nokia? Vocês também cresceram nos anos 90, até recentemente...

E. S. – A Gradiente sempre teve uma percepção - e não é só minha, é da equipe daqui – de para aonde está indo a tecnologia. Através de viajar, de ler - não tinha internet ainda -,

Transcrição

mas de acompanhar e conversar com muita gente de fora. Então, em 1992, 1993, nós percebemos que o negócio do telefone celular se tornou um grande negócio. Hoje é uma coisa tranqüila, mas na época era uma coisa muito discutida. Muita gente, que não era do setor, não acreditava nisso. Um dos seus entrevistados até me disse na época: “Isso é uma bobagem. Ninguém vai usar.” [risos] Não é do meu setor. Tivemos a percepção, fizemos uma prospecção e descobrimos uma pequena empresa desconhecida na Finlândia, que parecia que ia para a frente e fizemos em 1993 uma primeira parceria com a Nokia. Trouxemos a Nokia para o Brasil, o negócio cresceu tanto e ficou tão absurdo o valor do negócio, que nós fizemos uma coisa que a gente não faz aqui normalmente, que é vender o negócio para a Nokia. Vendemos a nossa participação na fábrica para a Nokia.

A. F. – Que foi um bom negócio.

E. S. – Um excelente negócio. Por isso foi feito. Mas continuamos no mercado. [inaudível] Mas continuamos acreditando no negócio do celular. O celular está sendo a ponta de lance da convergência tecnológica. Disso se fala há mais de uma década: a convergência tecnológica, o computador vai juntar com o televisor, vai juntar com o som, com o DVD. Isso está acontecendo e vai acontecer com a TV digital. Mas a ponta de lance da convergência tecnológica é o dispositivo manual. A gente já viu isso acontecer. Quer dizer, o telefone que foi feito para falar, os primeiros no Rio de Janeiro custavam dez mil dólares. Ele virou um produto de altíssima tecnologia, com múltiplas funções: ele é câmera fotográfica, ele é tocador de música, ele é comunicador, hoje acessa à internet, faz e-mails. E vai longe isso. Está ocorrendo no produto pessoal. E nós já dissemos isso há dez anos atrás – e é verdade - que isso seria como o relógio de pulso: todo mundo teria o seu celular. Em alguns países já passou disso. Tem países com cento e tantos % de penetração, pessoas com dois celulares. O Brasil teve um desenvolvimento surpreendente, tem mais de 100 milhões de usuários, em um país, onde na minha geração o telefone era uma obsessão. Vocês são muito moços, não se lembram disso. Mas, você, para ligar do Rio para São Paulo, tinha que acordar cedo, pedir a ligação para a telefonista e, se desse certo, você falava no fim da tarde. Para falar com alguém do Rio de Janeiro. Então, isso aí virou um ícone! Telefone se comprava, uma linha, a preço de ouro. Você botava na declaração de bens: “Sou dono do telefone de número tal.”

A. F. – Havia um mercado telefônico paralelo.

E. S. – Havia todo um mercado paralelo de telefones, havia empresas que vendiam linhas telefônicas, classificados vendendo linhas telefônicas. Então, nesse mercado onde o telefone sempre foi um elemento escasso e tão desejado, a nossa percepção era de que, quando tiver essa abundância, todo mundo ia querer ter um telefone. Independente disso, todo mundo precisa de telefone hoje. Hoje não se vive sem telefone celular.

A. F. – É uma estratégia dirigida da empresa...?

Transcrição

E. S. – A empresa percebeu isso, entrou para a Nokia, depois teve que sair por três anos, voltou e nós estamos agora tentando evoluir para essa percepção de que o telefone é um produto de convergência digital. É muito mais do que um aparelho para falar.

A. F. – Vocês vão lançar produtos neste sentido?

E. S. – Nós estamos trabalhando nisso.

A. F. – E esse Instituto Genius? Também foi com a Nokia, inicialmente, não? Como é que...?

E. S. – Isso foi uma decorrência da legislação que obriga a aplicar uma parte da sua receita... Se você é **big** em informática, o celular aparecer **big** em informática, em pesquisa de desenvolvimento você tem uma verba, que você tem que aplicar fora e uma verba que você pode aplicar internamente. A verba de fora você pode aplicar em um instituto existente, ou você pode criar um instituto. Nós criamos. Como a nossa parceria com a Nokia ficou muito grande, a partir disso a gente criou o Genius, fundado pela Gradiente. No fim a Nokia não entrou muito nisso. Ela proporcionou recursos, mas ela fez o dela. Ela tem o Instituto Nokia de tecnologia.

A. F. – É aqui em São Paulo?

E. S. – Não, por força da legislação é em Manaus, mas tem uma filial em São Paulo.

A. F. – É ali que vocês fazem pesquisa tecnológica?

E. S. – Pesquisa, atendemos projetos, vendemos projetos para todas as áreas. Tem lá cento e poucos pesquisadores.

A. F. – Cento e poucos pesquisadores? É grande.

E. S. – Entre São Paulo e Manaus. A maioria em Manaus. É grande.

R. N. – Que formação eles têm?

E. S. – Que formação? Tem físico, tem uma quantidade, acho que uns 15% de Ph.D, muito mestre e outros só graduados. Mas acho que mais de 50% de Ph.D e mestre em disciplinas de física, eletrônica...

A. F. - E formam também? Também há formação de mão-de-obra? Tem essa idéia de criar uma espécie de universidade corporativa?

E. S. – Não. Tem uma colaboração com esses cientistas no sentido de ajudar a formação deles. Acho que tem plano de bolsas. Isso aí não sei.

Transcrição

A. F. – E esses projetos novos passam pelo Genius?

E. S. – Alguns. Nós nunca conseguimos fazer o Genius trabalhar em projetos da Gradiente. O Genius tem um grande cliente que é a Siemens na Alemanha. Mas, como são da mesma origem, talvez seja difícil – como alguns irmãos – trabalhar. Mas tem algumas coisas da Gradiente, que a Gradiente paga *royalties* para o Genius até hoje.

R. N. – Mas eles têm autonomia em termos de procurar parceiros?

E. S. – Totalmente.

A. F. – É uma empresa à parte?

E. S. – É um instituto de pesquisas, tem uma formação jurídica à parte, um conselho à parte. Eu nem me lembro mais do conselho. São membros da comunidade. Um financeiro para manter as contas em ordem. Tem a sua própria vida. A relação com a Gradiente é de fornecedor e cliente.

R. N. – Sim, mas o grosso dos recursos dele continua vindo da...

E. S. – Até esse ano sim. Mas tem muitos recursos de outras empresas. Hoje ela vende serviço. Tem recursos de projetos dedicados a [inaudível] tecnologia, tem a Finep. Tem múltiplas receitas.

A. F. - Tem futuro esta iniciativa, então.

E. S. - Não é enorme. Eu acho que são uns 20 milhões por ano. É bastante.

A. F. - Tem um bom número de pesquisadores. Vamos voltar um pouco para a área política, que eu sei que o senhor gosta. Em 2002 o senhor apoiou o candidato Luis Inácio Lula da Silva e lembro que na época o senhor disse – eu li algumas coisas que o senhor escreveu – que era o único candidato que tinha uma visão de estadista. Como é que o senhor avalia isso hoje em dia?

E. S. – O jornal, na época em que se escreveu isso, disse que eu afirmara que o Lula era um estadista. Não foi isso. Eu falei que o Lula poderá ser um estadista. Mas acontece o seguinte: eu sempre via a elite – eu era parte disso – muito preocupada com o risco político. Voltando lá para trás, quando o Getúlio Vargas foi eleito em 1950, uns amigos do meu pai chegaram à conclusão – aquela comunidade que freqüentava a minha casa – que o país estava perdido, porque o candidato da elite era o brigadeiro Eduardo Gomes, que ia salvar o país. Hoje se sabe que era até um pouco entreguista. Hoje sabe-se disso. Depois, em 1955, quando se elegeu o Juscelino, também havia a percepção de que era um desastre, porque o candidato da elite era o Juarez Távora, **que ia fazer uma revolução pelo voto**. Unanimidade nacional só aconteceu com o Jânio. Todo mundo achava que o Jânio ia ser a salvação do país e deu no que deu. A partir de 1964, a grande preocupação não só

Transcrição

da elite brasileira, mas dos setores financeiros internacionais, de que, quando acabar a ditadura, o país vai à breca, porque a esquerda vai tomar conta. A ditadura foi feita justamente para evitar que a esquerda tomasse conta. Essa preocupação permanente e esse preço que a gente pagava, que é o risco político que estava no risco Brasil. A partir de 1979, todas essas preocupações se concentraram em cima do Lula. Tanto que muita gente boa votou no Fernando Collor para o Lula não ser eleito. Depois o Lula foi candidato de novo, o Fernando Henrique... Mas o grande espectro era esse. Algum empresário paulista falou que no dia que o Lula fosse eleito, 800 mil empresários sairiam do país. Uma visão dramática. Eu no ano de 2001 casualmente fiz uma entrevista e recebi um telefonema de uma pessoa que disse: “O Lula quer lhe conhecer”. Eu tinha os mesmos preconceitos com o Lula - não o conhecia - que todos desposavam. Aí fui conhecê-lo, fomos a um jantar na casa de um amigo...

A. F. - O Eduardo...?

E. S. – Não, não teve participação. Foi uma iniciativa do próprio Lula, que leu o artigo e tal. Nos demos muito bem. Eu vi o Lula como ele é, como todo mundo enxerga hoje. Depois perdemos contato e depois tivemos duas, ou três oportunidades de nos encontrarmos. Eu me impressionei muito com o Lula. O Lula é uma pessoa, goste ou não, é uma pessoa inteligentíssima, de uma intuição fantástica, uma visão boa do que é o país. Tinha feito aquelas caravanas todas, conhece o Brasil como ninguém. Com uma preocupação que todos nós tínhamos como estudantes da época de 1964 com a grande pobreza do país - o Eduardo até teve influência em mim nesse momento. Eu vi: “Puxa, o Lula não é esse bicho papão, não vai acabar o país.” Em certo momento, quando eu vi a radicalização do processo, prudentemente ou não, eu decidi me manifestar a favor do Lula, que era uma coisa muito pouco comum para empresário na época. Até sofri durante meses rejeição dos meus amigos: “Você é louco.” Depois provou ser verdade que o Lula é uma pessoa equilibrada, que governa para o país todo. Qualquer governo pode ter crítica e eu não entro nesse mérito. Mas eu não tenho nenhum arrependimento de ter apoiado o Lula. Eu acho que foi um bem para o país. E sumiu do radar brasileiro, pelo menos nos últimos 50 anos que eu vivi, o risco político. Não tem mais: “Se fulano for eleito, o que vai acontecer? Vai acabar?” Acabou isso. Houve um amadurecimento da democracia brasileira e esse amadurecimento também foi promovido pela eleição do Lula e do PT, que tinha certa imagem e hoje é diferente. Mas, enfim, houve, eu acho, um grande avanço na democracia brasileira com a eleição do Lula. O Lula é um sucesso. Critiquem ele ou não, ele está fazendo um trabalho importante no sentido de minorar um pouco esse problema da pobreza absoluta no país. Por isso ele foi feito como foi eleito agora de novo.

R. N. – Mas se percebe no governo Lula essa visão de longo prazo, à semelhança do Getúlio e dos governos militares?

E. S. – É difícil fazer uma avaliação 20, 30 anos para frente e olhar para trás se as coisas que estão sendo feitas hoje têm impacto. Eu acho que certamente na área social... Até pegou problemas existentes, implantou com firmeza o Plano Família, por exemplo...

Transcrição

Certamente geram impacto. A preocupação com a educação... Mas não percebo – e não só no governo Lula, mas no governo Fernando Henrique e no governo Sarney – essa visão estratégica de longo prazo. Tem sim o etanol, essa parceria com os Estados Unidos. Mas é difícil dizer: “Olha, não estão sendo feitas coisas fundamentais no país hoje.” O que eu percebo e me angustia é que países mais organizados do ponto de vista estratégico, como a própria China e outros países do sudeste asiático, como a Malásia e a Tailândia, têm uma visão estratégica e trabalham dia e noite para consegui-la. Aqui, até porque Deus foi generoso com o país, é um pouco: “Vamos seguir o que Deus nos deu.” Então, nós somos muito bons no suco de laranja, no açúcar, no etanol, somos muito bons em soja. Vamos aproveitar isso e otimizar isso. Mas, estamos fazendo o suficiente? Porque a riqueza do país é feita com setores de valor adicionado alto. Esses outros países que não têm os recursos naturais que nós temos estão se dedicando a fazer mais-valia e têm um processo de educação muito agressivo. É toda essa história: quanto vale uma tonelada de minério de ferro e quanto vale uma tonelada de semi-condutores? Uma tonelada de semi-condutores contém uma riqueza para o país que é distribuída à população. A tonelada de soja tem sua riqueza, mas não é nem de longe comparada.

R. N. – Retrospectivamente, o seu setor vê que o Estado teve uma participação importante na sua evolução, ou atrapalhou, ou simplesmente...?

E. S. – O meu setor teve...?

R. N. – Quer dizer, o Estado, vendo retrospectivamente, teve ou não teve uma participação importante na...?

E. S. - Teve, teve uma participação muito importante no setor através do processo de substituição de importação e teve uma participação muito importante principalmente no governo Geisel no que parecia ser – ia ser, mas depois foi interrompido – uma política de tecnologia de telecomunicações importantíssima, mas que se interrompeu. Nos anos 70 se criou a Telebrás para começar a se endereçar a esse problema de escassez crônica de telefones. Se organizou o CPQD, que era um centro de pesquisa em Campinas, seguindo o modelo francês.

R. N. – Continua existindo.

E. S. – Continua existindo, mas não com o apoio oficial e não com as compras do Estado atrás dele. Criou-se toda uma estrutura e uma geração de profissionais em telecomunicações. Começou-se a criar empresas brasileiras de telecomunicação. Isso no governo Figueiredo começou a se perder e com a privatização se perdeu. Hoje o conceito é outro. A privatização eu não critico, ela é necessária. Mas a rigor hoje não tem mais políticas públicas no sentido de prestigiar o produto nacional, a tipologia nacional, como teve a China. A China criou do zero duas poderosíssimas empresas de telecomunicação de infra-estrutura. Uma delas eu fui visitar, um centro de pesquisas que tem 10 mil cientistas. Através do próprio mercado interno e hoje eles competem e estão vendendo no Brasil. São produtos de mais-valia. Isso nós tínhamos e nós perdemos. Tínhamos uma

Transcrição

política de nacionalização de produtos, de componentes. Os japoneses vieram para cá, se instalaram, como eu descrevi antes. Isso hoje não tem. Mas isso não é um problema do governo Lula, isso é uma coisa que morreu a partir dos 90.

R. N. – A lei do similar é...?

E. S. – A lei do similar tem o verso e o reverso. Ela tinha um lado positivo e do lado negativo ela tinha o engessamento de tecnologia. Essas coisas são muito complicadas de administrar. Mas bem administradas, podem funcionar. O Brasil teve uma grande indústria naval, que acabou. Agora o governo Lula, através de uma iniciativa de fazer a Petrobrás contratá-la para isso, está fazendo a coisa certa. Está no estado do Rio de Janeiro. É importante isso. “Ah, é mais caro que o importado.” É mais caro, mas são salários brasileiros que estão ali. Enfim, essa questão é uma questão ideológica, mas estava faltando um peso para o real interesse brasileiro.

R. N. – A Gradiente na área de computação...?

E. S. – A Gradiente sempre teve interesse nessa área. Ela foi pioneira com um produto nos anos 80 chamado MSX, que era o computador que mais se vendia no país. A Sharp fazia e nós fazíamos. É uma história interessantíssima, porque na realidade era um colega da faculdade do Bill Gates, um japonês, que vendo o sucesso... Isso nos anos 80, o Bill Gates estava começando a Microsoft e propôs a ele fazer um sistema mais simplificado para estudantes que passou a ser chamado de Microsoft X, produzido no Japão, em cima do MS-DOS. Nós fizemos esse computador no país e depois não evoluímos para o PC. O PC ficou quase 20 anos na clandestinidade. Agora é que há uma indústria estruturada no país. 70% do mercado era contrabando. Não havia como participar. Essa última oportunidade de entrar agora, com o PC popular, com a legislação mais favorável e impostos menores, nós não entramos porque compramos a Philco. Mas certamente a Gradiente acredita na convergência, vai estar na informática.

A. F. – Notebook?

E. S. – Estamos avaliando as oportunidades. Isso evolui tanto. A vantagem do meu ramo é que você tem bondes passando eternamente. Se você perde um bonde, vem outro. [risos] Então, estamos esperando o bonde certo para embarcar na convergência. Mas vai acontecer. A integração dentro de casa do computador com o display, com os outros aparelhos de entretenimento, com o televisor mesmo, que é o centralizador, vai acontecer e vai haver oportunidades para a gente entrar na modernidade.

R. N. – Mas a Gradiente ficaria na mesma situação, por exemplo, que a IBM, que em um determinado momento, ao invés de apostar em *software*, continua apostando no *hardware*?

Transcrição

E. S. – Essa é uma boa questão. A Gradiente acredita muito em *software*, mas nunca conseguiu fazer nada com *software*. É uma empresa com cabeça de *hardware*. A IBM hoje é diferente, a IBM hoje é uma empresa de consultoria, ela mudou.

R. N. – Mas ela passou por maus pedaços.

E. S. – Passou, mas ela se reinventou. Mas nós somos bem diferentes da IBM. Nós somos mais parecidos com a Sony, com a Samsung, LG. Temos que encontrar o nosso caminho.
OK? Muito obrigado.

[FINAL DO DEPOIMENTO]